

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS DE CODÓ
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS-
HISTÓRIA

DOMINGAS SANTOS TORRES

**ESTUDO SOBRE OS CONFLITOS DE TERRA NO MUNICÍPIO DE CODÓ-MA: o
caso da comunidade Vergel.**

CODÓ- MA

2019

DOMINGAS SANTOS TORRES

**ESTUDO SOBRE OS CONFLITOS DE TERRA NO MUNICÍPIO DE CODÓ-MA: o
caso da comunidade Vergel.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas-História da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Codó, como requisito para a obtenção do título Licenciada em Ciências Humanas-História.

Orientadora: Prof. Dra. Jascira da Silva Lima

CODÓ-MA

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Torres, Domingas Santos.

ESTUDO SOBRE OS CONFLITOS DE TERRA NO MUNICÍPIO DE
CODÓ-MA: o caso da comunidade Vergel / Domingas Santos
Torres. - 2019.

47 p.

Orientador(a): Jascira da Silva Lima.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas
História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2019.

1. Conflitos de Terras. 2. Famílias CPT. 3. Vergel.
I. Lima, Jascira da Silva. II. Título.

DOMINGAS SANTOS TORRES

**ESTUDO SOBRE OS CONFLITOS DE TERRA NO MUNICÍPIO DE CODÓ-MA: o
caso da comunidade Vergel**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas-História da Universidade Federal do Maranhão, Campus de Codó, como requisito para a obtenção do título Licenciada em Ciências Humanas-História

Orientadora: Prof. Dra. Jascira da Silva Lima

Aprovada em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Jascira da Silva Lima (orientadora)

Profa. Ma. Joana Batista de Souza (examinadora externa)-UEMA

Prof.^o. Dr. José Carlos Aragão Silva (examinador interno)

A minha mãe Terezinha de Jesus e ao meu pai
Raimundo Santos as minhas irmãs: Francisca,
Maria do Carmo, Luíza, Raimunda e Maria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da sabedoria, sou grata aos meus pais Terezinha de Jesus Santos Torres e Raimundo Santos Torres (in memorian). Pois sempre me incentivaram a não desistir dos estudos, pois é através dos estudos que podemos chegar ao topo do sucesso. As minhas irmãs: Maria Francisca, Maria do Carmo, Maria dos Remédios, Raimunda Pedra e Maria Luiza sempre estavam me apoiando em tudo.

Agradeço também imensamente todos os meus sobrinhos e sobrinhas em especial Maria Rosana Torres da Costa, Maria Rosangela Torres da Costa e Sandra Torres Meireles pois sempre me incentivaram para chegar aonde eu cheguei, ao meu esposo Antônio Magno Mendes Cunha pelo incentivo.

Agradeço a minha orientadora Jascira Lima pela dedicação e paciência durante esse período longo e difícil. A minha turma do ano de 2013.2 em especial minhas amigas e amigos Cidislene Pereira, Valdiane Oliveira, Ivanice Santos, Regiane Moreira, Leiciane Aquino e Raimundo Assis, Antônia Tavares, pois foi ao lado dessas pessoas maravilhosas que eu passei essa trajetória tão especial da minha vida.

A todos os professores e professoras da UFMA Universidade Federal do Maranhão que durante esses anos deram o melhor de se para o nosso futuro, ao povo da coordenação a todos que de alguma forma contribuíram para a minha formação acadêmica.

Tenho orgulho de ter participado do programa PIBID Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência “CAPES”, pois foi através desse programa que tive a oportunidade de interagir melhor em sala de aula, juntamente com os alunos das escolas que eram beneficiadas com esse programa.

Agradeço imensamente ao padre José Waseistainer por me fornecer vários documentos para a realização do trabalho as pessoas que responderam as entrevistas como: Jaizinho, Maria Rodrigues Nascimento, Areusa Fonte de Castro, Amario Vieira, Dário e José Antônio.

Já chega de tanto sofrer
já chega de tanto esperar
a luta vai ser tão difícil / na lei
ou na marra nós vamos ganhar.

Benedito Monteiro

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo, apresentar o conflito de terra do povoado Vergel, município de Codó - MA, onde a disputa pela terra já ocasionou as mortes de três pessoas, todos da mesma família. A pesquisa abordou também a questão da exploração das riquezas da floresta, nos seus 1.800 hectares, por índios, quebradeiras de coco babaçu e por terceiros na exploração irregular da madeira, tanto no passado como no presente. Alguns herdeiros em vida, com ajuda da igreja, através da CPT Comissão Pastoral da Terra, fizeram denúncias a justiça no sentido de investigar as mortes e dividir legalmente a terra para amenizar o conflito. As informações e análises dos dados da pesquisa foram levantadas através de entrevistas com quem vivenciou e, ainda, vivencia o conflito, pelos documentos fornecidos pela igreja e por trabalhos científicos produzidos sobre a questão da disputa pela terra no Brasil, no Maranhão e em Codó.

PALAVRAS-CHAVES: Vergel. Conflitos de Terras. Família. CPT Comissão Pastoral da Terra.

ABSTRACT

The purpose of this study is to present the land conflict in the village of Vergel, municipality of Codó - MA, where the land dispute has already caused the deaths of three people, all from the same family. The research also addressed the issue of the exploitation of the riches of the forest, in its 1,800 hectares, by Indians, babaçu coconut breakers and by third parties in the irregular exploitation of wood, both past and present. The heirs alive, with the help of the church, through the CPT, have made a complaint to justice to investigate the killings and legally divide the land to ease the conflict. The information and analyzes of the research data were collected through interviews with those who lived and also experienced the conflict, by the documents provided by the church and by scientific works produced on the issue of the land dispute in Brazil, Maranhão and Codó.

KEYWORDS: Vergel. Conflicts of Earth. Family. CPT.

LISTA DE SIGLAS

CPT – Comissão Pastoral da Terra

MPT – Ministério Público do Trabalho

FUNAI – Fundação Nacional dos Índios

PCB – Partido Comunista Brasileiro

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Açude do povoado Vergel.....	16
FIGURA 02: Capela do Povoado Vergel, antes do fogo criminoso.....	17
FIGURA 03: Capela do Povoado Vergel após o incêndio.....	17
FIGURA 04: Casa do senhor Alfredo.....	18
FIGURA 05: Casa do senhor Raimundo.....	18
FIGURA 06: Tumulo do senhor Isidio conhecido como Leis	20

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Número de famílias do Povoado Vergel, segundo os próprios moradores, no ano de 1985 e 201923

GRÁFICO 02: Assassinatos e julgamentos no campo entre os anos 1985 a 201729

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	15
1. A COMUNIDADE VERGEL: os conflitos e desafios contados pela comunidade	15
1.1 AS ORIGENS E OS CONFLITOS	15
1.2 OS HERDEIROS E OS DESAFIOS NA COMUNIDADE VERGEL.....	20
CAPÍTULO II	22
2. OS HERDEIROS E OS DILEMAS DA POSSE DA TERRA	22
CAPÍTULO III	26
3. CONFLITOS DE TERRAS NO BRASIL, MARANHÃO E CODÓ	26
3.1 OS CONFLITOS DE TERRA NO BRASIL	26
3.2 OS CONFLITOS DE TERRA NO MARANHÃO	29
3.3 OS CONFLITOS PELA TERRA EM CODÓ – MA	31
3.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TORNO DA QUESTÃO DO DIREITO A TERRA.	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICES	41
APÊNDICE A	42
APÊNDICE B	43
ANEXO	45

INTRODUÇÃO

O estudo sobre o conflito de terra no povoado Vergel município de Codó-MA, tem como objetivo compreender os motivos que vem ocasionando problemas familiares naquela localidade, principalmente a luta pela divisão das terras. Nesta localidade já ocorreram, ameaças de morte, despejo e até homicídios. Há denúncias na delegacia, registros de boletins de ocorrência, além de outros contratempos que aquelas famílias enfrentam constantemente.

O motivo da escolha do tema é obter conhecimento sobre a realidade da comunidade Vergel, que faz parte do município de Codó, visto que lá moram algumas famílias que vivem diariamente em constantes conflitos. A situação vivida por essa comunidade tem visibilidade e repercussão municipal, estadual e até internacional, portanto torna-se necessário fazer o registro do conflito.

Através de pesquisas, programas de televisão, depoimentos de moradores que habitam naquela localidade foi possível realizar a pesquisa, buscando entender os motivos que levam essas pessoas a permanecerem nessa situação de conflitos.

Através dos relatos dos sofrimentos das famílias que vivem esses conflitos, na luta por um pedaço de terra para construir suas residências, para plantar, colher e viver de forma digna, sem violência, foi possível obter informações sobre os direitos e deveres, dentro do que estabelece as leis, para os moradores da comunidade Vergel que insistem em habitar no lugar, embora sejam constantemente ameaçados para sair da comunidade.

Como referências de leituras foram utilizados a Revista de Economia e Sociologia Rural de Viviam Ester de Sousa Nascimento, Maria Sylvia Macchione Saes e Decio Zylbersztajn, entrevistas, vídeos, documentos que o pároco da igreja de São Raimundo, padre José Wasenteiner forneceu, onde há várias denúncias e relatos sobre os conflitos e os assassinatos que aconteceram no decorrer dos anos de 1997 a 2015 todos registrados pelo cartório. Os documentos da Comissão Pastoral da Terra, dentre outros, além do uso da História Oral com roteiro de entrevista para colher as informações.

Uma das dificuldades enfrentadas na realização da pesquisa foi conseguir encontrar pessoas para falar sobre o assunto. A entrevista foi realizada com sete pessoas, mesmo assim três destas resolveram não falar sobre o assunto abordado, pois eles relataram que se sentem aterrorizados, mesmo sendo parentes: As outras quatro pessoas entrevistadas não tiveram tanto receio

Outra dificuldade foi à entrevista com o líder da comunidade que ainda vive no povoado. Jairzinho é um dos herdeiros do povoado Vergel, que vive com a sua vida ameaçada,

sempre. Que sai do povoado é às pressas e quando volta para a comunidade é sempre na viatura da polícia, por questões de segurança.

O trabalho está organizado da seguinte forma: Introdução, procedimentos, metodológicos, fundamentação teórica que vem abordar sobre os seguintes temas: Os conflitos e desafios contados pela comunidade. As origens e os conflitos. Os herdeiros e os desafios na comunidade Vergel. Localizado a 50 km da cidade de Codó MA, na região da Trizidela, visto que esse conflito ocorre desde do ano de 1984 que já tem mais de 30 anos, onde já ocorreram vários assassinatos e ameaças constantes, já foram registradas várias queixas na delegacia do município.

Na pesquisa irei abordar sobre os primeiros proprietários das terras e em seguida irei falar sobre a geração mais nova que vivem nesse atrito, no entanto são todos parentes bem próximos.

Onde um dos que mais sofria ameaças era o senhor Antônio Isídio Pereira da Silva que residia no povoado Vergel o mesmo já tinha indo em busca do programa de proteção aos defensores de direitos humanos, pois ele estava sendo ameaçado constantemente, e suas criações estavam desaparecendo, visto que várias pessoas viviam sendo ameaçadas, pessoas do lado oposto não podiam fazer roças, e nem criar animais.

Em seguida abordarei: Os herdeiros e os dilemas da posse da Terra. Percebe-se que existem muitas ameaças contra a vida dos mais pobres. Entrevistas sobre o tema abordado, com alguns familiares, visto que são poucas pessoas, principalmente quando se trata dos conflitos de terras.

Em seguida trago um pouco sobre. Conflitos de Terras no Brasil Maranhão e Codó. Em seguida será abordado: As Políticas Públicas em torno da questão do direito a Terra. E por fim as considerações finais diante das informações que foram coletadas, pesquisas, entrevistas feitas, fotos, as referências bibliográficas que foram feitas de fontes primárias e fontes secundárias.

CAPÍTULO I

A COMUNIDADE VERGEL: os conflitos e desafios contados pela comunidade.

AS ORIGENS E OS CONFLITOS

Há mais de 34 anos que perdura esse conflito familiar pela posse da terra, do povoado vergel onde já ocorreram várias mortes. No dia 28 de agosto 2007 mataram o senhor Alfredo. Ele era animador da comunidade. O senhor Alfredo juntamente com o povo da comunidade tinha um sonho a ser realizado, que era o inventário da terra para que cada herdeiro pudesse ter o conhecimento da sua parte legítima, para tanto contavam com o apoio da Igreja Católica. O caso também já estava na justiça, no fórum da cidade desde 1984, mas até o período da realização desta pesquisa nenhuma medida havia sido tomada. Para a maioria dos informantes com os quais houve conversa, os motivos para que o caso ainda não tenha solução é porque tem “políticos poderosos” envolvidos no caso.

Depois do assassinato do senhor Alfredo, queimaram a casa do mesmo, logo depois do fato ocorrido a família se mudou da localidade. Não se tem informações para onde foram, aterrorizados com o fato ocorrido.

O senhor Raimundo Pereira da Silva, conhecido como Raimundo Chagas, morador da comunidade, recebeu um bilhete onde dizia: “Raimundo nós vamos fazer com você o mesmo que fizemos com o Alfredo”. A partir de então, o mesmo passou a entender que ele corria um sério risco de vida. Em seguida a este fato vieram os xingamentos ao padre José Waseistainer, que foi registrada uma ocorrência na delegacia.

Depois de um ano e meio, o senhor Raimundo foi assassinado covardemente no dia 14 de janeiro de 2010, por volta das 17:00h, foi alvejado com dois tiros nas costas quando tomava banho em um açude (imagem abaixo) nas proximidades da comunidade. Seu Raimundo estava tomando banho com os seus netos de 03 e 12 anos. As duas crianças presenciaram o assassinato do avô, ficando posteriormente traumatizadas com a cena. Com o ocorrido cumpriam-se as ameaças que sofria, mas mesmo assim insistia em permanecer no povoado.

FIGURA 01: Açude do povoado Vergel.



FONTE: Francisca, ex-moradora da comunidade, 2018.

Embora todas as situações de violência passadas pela comunidade, Vergel se tornava um lugar vivo e os animadores da comunidade, lideranças da Igreja Católica participavam de estudos tanto nos encontros na cidade como no interior.

Com a realização de um mutirão foi construída a capela do povoado Vergel no ano de 1993, a partir de então começou a existir missas católicas. Durante as celebrações eram realizados os batizados, casamentos das pessoas que viviam naquela localidade e nas localidades vizinhas, embora fosse uma capela pequena, como as demais capelas que existem em várias outras localidades, mas era nela que todos se reuniam para a celebração da Santa Missa, até que a mesma, também, tornou-se alvo de ameaças. Nas imagens que seguem apresento a capela antes e depois de sofrer o atentado.

FIGURA 2: Capela do Povoado Vergel, antes do fogo criminoso.



FONTE: José Waseistainer, 2010.

Era nesta capela que no ano de 2011 iria ser realizada a missa em intenção da alma do senhor Raimundo Chagas, porém, três dias antes queimaram a capela da localidade deixando a comunidade convicta de que não era para a missa acontecer. Na ocasião o padre José Waseistainer pediu reforço policial, pois se espalhou os comentários que iria “acontecer o pior durante essa celebração”. No entanto, com todo o terror implantado na comunidade os líderes da Igreja mantiveram a missa, que foi celebrada debaixo das mangueiras.

FIGURA 03: Capela do Povoado Vergel após o incêndio



FONTE: José Waseistainer, 2011.

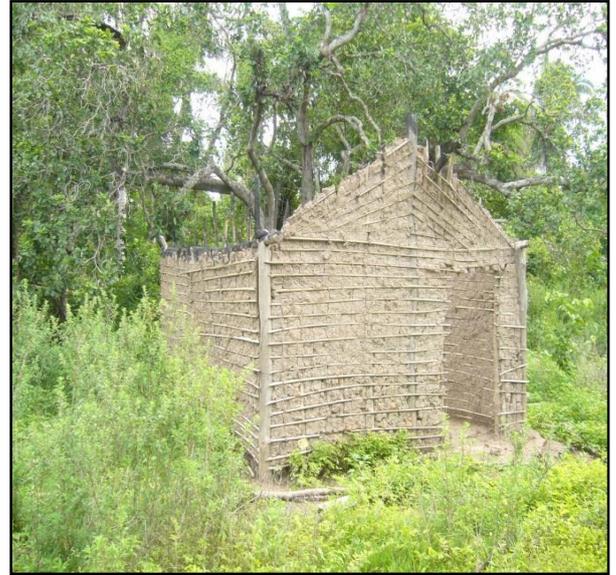
Registre-se que não somente a casa do senhor Alfredo foi incendiada, mas como forma de espalhar o pânico na comunidade logo em seguida a casa do senhor João Pereira também foi incendiada. No entanto, não se tem informações de quem cometeu essas atrocidades, conforme ilustram as figuras abaixo.

FIGURA 04: Casa do senhor Alfredo



FONTE: Autora, 2018.

FIGURA 05: Casa do senhor Raimundo.



FONTE: Autora, 2018.

Nos procedimentos da justiça, pela morte do senhor Raimundo Chagas foram presos dois lavradores, que estavam aliado ao “outro lado” (parte da família que é aliada aos políticos da região e que não estão engajados nas atividades desenvolvidas pela comunidade católica do lugar) na disputa pela terra, mas que também eram moradores da localidade os dois lavradores são analfabetos, ficaram 15 dias presos.

A soltura dos acusados num curto espaço de tempo despertou desconfiança na comunidade, que logo foi informada de que um desembargador chamado Bayma, de São Luís-MA e um advogado, filho de um grande deputado, haviam ordenado que os dois acusados fossem soltos. Com o fato, alguns membros da comunidade começaram a fazer conjecturas dos contatos entre os dois lavradores analfabetos do interior do Maranhão, com um desembargador e um advogado, sendo filho de um grande deputado.

Consta que nada foi resolvido na justiça, nem o inventário da terra foi feito, nem os processos criminais das acusações na justiça avançaram, mantendo o ambiente de insegurança e medo nas famílias que insistiam em morar em Vergel.

No final do ano 2016, Antônio Isídio, conhecido como “Leis” assumiu a luta em defesa da terra, pois para a comunidade alguém tinha que continuar na luta e assumir a liderança.

Contam que assim como os demais que já tinham sido assassinados ele foi ameaçado por muitas vezes de morte.

Antônio Isidio era declaradamente contra os desmatamentos acelerado que estava acontecendo naquele local. Pelas ameaças sofridas ele foi orientado a prestar queixas na delegacia, mais infelizmente não houve tempo suficiente, pois ele desapareceu poucos dias depois. Desapareceu no domingo e foi encontrado morto na quarta-feira, dentro do mato.

Depois de um mês, com a ajuda da Igreja Católica foi feito a exumação para constatar se realmente ele teria morrido envenenado, ou de enfarto. Visto que o delegado e demais pessoas que vivem na zona rural sabem do perigo que existe nas matas, existiam muitos animais venenosos como cobras dentre outros. As suspeitas surgiram por conta do rosto dele estar preto e os bichos terem comido o restante de seu corpo. Foram dois anos de espera pelo resultado da perícia onde o caso não foi elucidado, o resultado chegou à conclusão que a morte foi ignorada. (Ver anexo).

Por ser uma referência de luta da comunidade, respeitado mesmo após morte, como ilustrado na figura abaixo, onde as pessoas se reúnem para prestar-lhe homenagens no túmulo. A luta de seu “Leis” foi assumida por novas lideranças.

FIGURA 06: Túmulo do senhor Isidio conhecido como Leis.



FONTE: José Waseistainer, 2016.

1.2 OS HERDEIROS E OS DESAFIOS NA COMUNIDADE VERGEL

Depois da morte do senhor Isídio, Jaizinho assumiu o posto de lutar pela terra. Ele é um dos legítimos donos das terras e também sofre constantes ameaças. Para os demais, a pessoa que assume o lugar de líder da comunidade não fica muito tempo vivo, sempre acaba acontecendo o pior com essas pessoas e o mais triste é que todos são da mesma família. A justiça nunca chega ao fim do caso. Para este a situação é triste, pois o inventário seria a solução para resolver esse problema.

Para Jaizinho¹,

[...] o Diogo advogado que mora em São Luís e cuida do caso, ele faz o que pode para que o caso venha ser esclarecido, ou melhor, para que a justiça seja feita. O advogado já denunciou o Brasil no tribunal internacional da justiça nos Estados Unidos para entrar com ação contra o estado brasileiro por omissão de proteger os seus cidadãos. Esta nítido que não vale muita coisa, mais não custa nada tentar. Infelizmente a realidade em que nós vivemos é essa os animadores de comunidades sendo assassinados e a justiça não faz nada, deixando as famílias das vítimas sem respostas, visto que dentro da comunidade já morreram três pessoas e tem uma recebendo ameaças dia após dia. (ano, 2018).

Para o Padre José Waseistainer² são situações como essa que deixam a comunidade revoltada, pois a justiça nunca foi feita permanecendo sempre o ambiente de insegurança e medo. Segundo o padre, a Igreja contribuiu com a perfuração de poço para a comunidade e com a assistência jurídica, além do pagamento das taxas para acompanhar todo o processo judicial. Com essas ações a igreja contribuiu para amenizar a situação das famílias.

O senhor conhecido como Aristides e sua esposa dona Tomazia, considerados os legítimos donos da terra, pois tinham escritura, tiveram 11 filhos. Como a divisão dos 1.800 hectares não foi feita em vida, essa situação gerou esse conflito sangrento entre eles, pois os 11 herdeiros direto já morreram. Isso resultou em incertezas nos herdeiros da terceira geração. Destes todos são lavradores, vivem somente daquilo que a própria terra pode lhes oportunizar, como agricultura de sequeiro e criação de pequenos animais.

Segundo informações, a 2ª via dos documentos da terra estão no cartório, faltando à justiça chamar os herdeiros e fazer a divisão.

¹ Jaizinho, morador do povoado vergel que fica localizado a 50 quilômetros da cidade de Codó-MA. É um dos legítimos herdeiros da terra.

² Padre José Waseistainer, nasceu na Alemanha. Atualmente reside em Codó-Ma, pároco das igrejas São Raimundo e São José.

Para o senhor Jairzinho um dos maiores desafios é a questão do desmatamento, na retirada das madeiras, pois o terreno é rico em madeira. Para ele, muitas pessoas já tiraram bastante madeira distribuídas nos 1.800 hectares de terra, pois como todos sabem madeira tem um lucro muito alto. Outro desafio que algumas pessoas enfrentam é a questão das queimadas, pois já queimaram até a capela onde eram celebradas as missas todos os anos.

Segundo Jairzinho, como líder comunitário, enfrenta vários desafios para viver no local através de ameaças de morte. Outro desafio que considera fundamental é a questão do inventário, pois para ele com o inventário acabaria todo o tormento familiar, pois cada qual iria saber qual a quantidade e o local que lhe pertence podendo fazer o que quisesse, de acordo com seus próprios interesses.

CAPITULO II

2. OS HERDEIROS E OS DILEMAS DA POSSE DA TERRA.

Alguns herdeiros venderam alguns hectares de terras para terceiros, informalmente e sem registro no cartório. No entanto, essas pessoas ficaram no prejuízo, pois a terra já estava envolvida nesse grande conflito familiar onde nem os herdeiros sabem exatamente onde ficam seus hectares de terra, pois cabe à justiça se encarregar de fazer a divisão das terras, o que ainda não ocorreu.

Nas entrevistas realizadas durante a pesquisa os informantes foram validando algumas das informações já citadas e apresentando novas questões que demonstram os dilemas vivenciados pelos mesmos em torno da titularidade da terra.

Segundo o Padre José Waseistainer a história da comunidade Vergel vem desde 1991 quando começou o trabalho na paróquia de São Raimundo. Ao se passar alguns anos, por volta dos anos de 1994 á 1995, dois herdeiros do Povoado Vergel o procuraram para saber como se formava uma associação, pois jugavam que uma associação poderia melhorar a situação do conflito na comunidade.

Para o padre, a comunidade Vergel surgiu quando o legítimo proprietário da terra o senhor Aristides e sua esposa Tomazia a compraram, pois, eles tiveram 11 filhos, e todos eram herdeiros daquela localidade. Portanto, foram também os primeiros moradores, vivendo em condições simples, daquilo que a terra produzia: As mulheres da comunidade viviam da quebra do coco babaçu e tinham muitas criações. O senhor Aristides, que tinha as escrituras de toda a terra, morreu no ano 1956, instaurando o conflito familiar, junto com herdeiros até a terceira geração.

Jaizinho é o herdeiro que ainda vive na localidade Vergel, ele vive sofrendo ameaças constantemente, ele relatou que não vai sair da localidade, pois ele não tem estudos e não tem como sustentar a sua família na cidade. (WASEISTAINER, 2018).

Sobre se há algum tipo de auxílio para as famílias na disputa pela terra o padre lembrou que:

A igreja fez um poço para as famílias que moram na localidade, no entanto eu recebi uma ameaça que não iria conseguir fazer esse poço, mais conseguimos fazer o poço para o consumo das pessoas que residiam ali, e a igreja ajudou com assistência jurídica com algumas despesas para levar o caso na justiça. Durante esse período que tomei conhecimento da luta da comunidade Vergel eu tenho sofrido muitas ameaças, perseguições, porque sou a favor de algumas famílias que moram naquela localidade, pois já fui varias vezes prestar queixa na delegacia do município Codó.(WASEISTAINER 2018).

Para o senhor Jairzinho o que esta em jogo é a questão de sua sobrevivência e de sua família:

Eu nasci e mim criei no povoado Vergel, e até o momento moro lá sendo ameaçado, demais, e sem necessidades, pois eles mim ameaçam simplesmente pelo o que é meu, não pretendo sair de lá, pois sou um dos herdeiros e tenho muitas necessidades de continuar a morar no Vergel, pois é de lá que eu sustento toda a minha família tenho filhos pequenos que necessita ter o alimento, ai único jeito que tenho é continuar la pois não tenho estudos, sou analfabeto e não tenho outro meio de sobrevivência a não ser a roça, e as minhas criações. (Jaizinho, 2018).

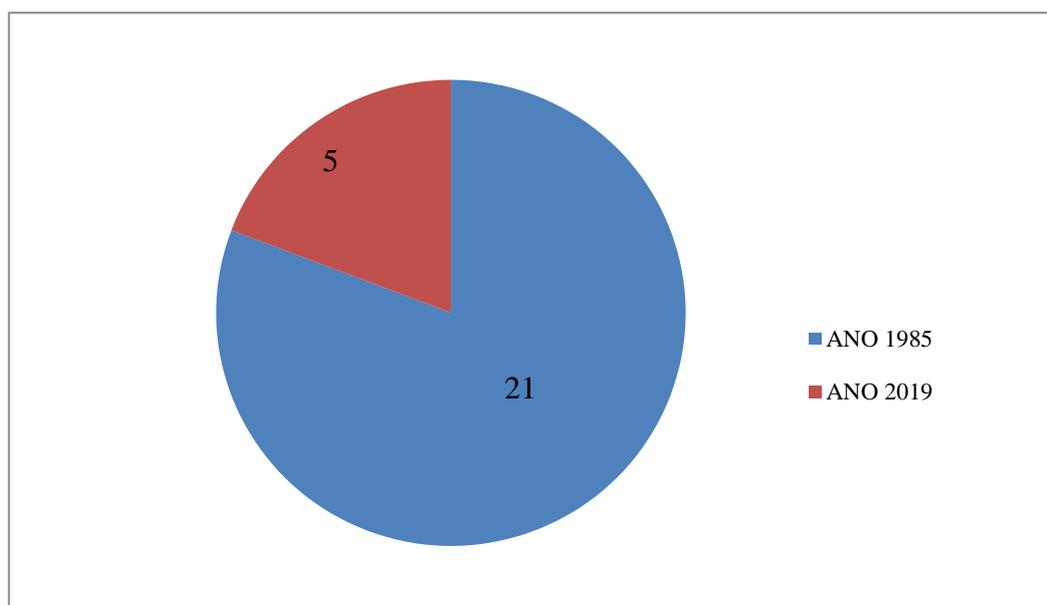
Para Jaizinho o avô Aristides era o legitimo dono do Vergel, por isso todos da família passaram a morar lá. Todos eram unidos, tinham respeito uns com os outros, tanto que relatam que, todos tinham muita fartura, paiol de arroz, as criações eram mantidas todos juntos, não ocorriam mortes.

Antigamente só morria uma pessoa se sofresse um acidente ou se estivesse doente, hoje morre pessoas direto assassinadas de armas de fogo e ninguém, até hoje foi condenado por esses crimes que já vem acontecendo há vários anos. (Jairzinho, 2018).

Para ele, cerca de 21 famílias já chegaram a morar no local, sendo que apenas umas três famílias não eram parentes, mas todos na condição de agricultor.

Nos dados do gráfico abaixo é possível validar as informações prestadas pelo senhor Jaizinho, o que demonstra uma redução do número de famílias que moram no lugar.

Gráfico 1: Número de famílias do Povoado Vergel, segundo os próprios moradores, no ano de 1985 e 2019.



Fonte: Famílias, 2019.

Mesmo diante de ameaças Jaizinho é firme em sustentar que seu avô Aristides e sua avó Tomazia eram os proprietários e que depois de suas mortes, os 11 herdeiros que são os filhos deles, todos já falecidos, tornam eles, a geração mais nova, os netos e bisnetos, os herdeiros legítimos. Porém, não esconde preocupação com os filhos.

Tenho um filho que esta viajando e pretendo mandar os outros que estão ficando de maior para não ficarem no meio dessa confusão, tenho uma filha que já casou e mora aqui em um interior próximo, os outros moram todos comigo tenho muito medo deles chegarem á noite e fazer o pior comigo e minha família. Não gosto de sair sozinho sempre ando acompanhado, e quando saio sozinho vou pelo um caminho e volto pelo outro [...] dou graças á Deus que eles não ameaçam meus filhos, as ameaças vem diretamente pra mim, porque eles sabem que se eu desistir das terras tudo esta resolvido, pois minha esposa já pediu para nós sair do Vergel, mais nós não temos pra onde ir e nem como se sustentar, e não posso abandonar o que é meu por direito. (Jaizinho, 2018).

Jairzinho demonstra gratidão ao padre e ao advogado, porem ressalta que:

No momento estamos lutando na justiça, temos o padre e o advogado que se chama Diogo que nos ajuda incansavelmente, estamos na luta pelo inventário, pois esta faltando só à justiça se manifestar em fazer a divisão e acabar com toda essa questão, pois acredito que depois das terras divididas o conflito acabe, tenho essa grande fé em Deus, pois todos vão saber onde são as suas terras. (Jairzinho, 2018).

Para dona Maria Rodrigues do Nascimento Araújo³, que se identifica como parente distante, conta que depois da morte do seu tio Aristides ficaram como os herdeiros a esposa e os filhos, Maçaranduba, Antônio, Lucio, Miúdo, Francisco, Julia, Venância, Ana, Maria e os outros dois que ela não conseguiu lembrar o nome, no total eram 11 herdeiros.

Eu não moro mais lá, e também não sou herdeira sou parente distante, só sei que a terra ainda não foi dividida para os herdeiros, pois alguns já morreram, outros compraram terras em outras localidades, e tem poucas pessoas que ainda vivem lá. (ARAÚJO, 2018).

Na comunidade também há pessoas que apresentam os fatos ocorridos com percepções diferenciadas da já apresentada, como segue:

Eu nasci e mim criei no povoado Vergel, lá era um lugar bom de viver, na época que vivi no Vergel não tinha essa confusão que existe hoje. [...] Assim, até quando o meu avô Maçaranduba era vivo ainda não tinha ocorrido nenhuma morte, até então depois que ele faleceu já teve 03 mortes todas em questões destas terras, mais até o momento não foi descoberto quem cometeu esses assassinatos, e os que morreram todos são parentes, pois a confusão era porque uns queriam vender o terreno e os outros não aceitavam e acabou com a morte de três pessoas. Hoje vive na localidade um dos herdeiros que se chama Jaizinho ele ainda é meu parente distante, ele vive fazendo confusão juntamente com o padre José, tudo que Jaizinho ver ele corre para Codó

³ Maria Rodrigues do Nascimento Araújo já morou no povoado vergel que fica localizado a 50 quilômetros da cidade de Codó-MA. Parente distante dos familiares que estão em conflito, atualmente reside na cidade de Codó-Ma.

prestar queixa na delegacia, pois ele mais o padre José têm um objetivo que é transformar a localidade em uma comunidade. A última morte que houve no Vergel foi a do Leis ele morreu de enfarto próximo a casa do filho dele foi encontrado uns três dias depois, não teve velório pois o corpo estava em estado de decomposição, pois depois de um mês o padre José estava querendo achar um culpado trouxe a polícia para arrancar o corpo do Leis para fazer exames, pois os comentários era que o padre estava achando que tinham envenenado o Isidio conhecido como Leis, mais nós sabemos que ele tinha problema do coração isso foi o que causou a sua morte. (Não quis se identificar⁴, 2018).

Note-se que a disputa sangrenta pela posse da terra afastou a maioria dos moradores, mesmo os parentes, cuja relação de pertença com o lugar vem desde o nascimento, pois não demonstram mais interesse nem acreditam na resolução da questão.

Eu graças a Deus não morro mais lá, já tenho mais de 10 anos que vim embora do Vergel e não tenho saudades daquele lugar, tenho minha casa aqui em Codó, eu sou um dos herdeiros mais não penso em lutar por essas terras. [...] Tem 03 anos que fui no Vergel, só fui porque tinha que acender velas para minha mãe que foi sepultada lá. Na minha opinião o inventário a essa altura só iria trazer mais confusão pois os herdeiros mais velhos já morreram todos, só tem a geração mais nova onde esta resultando nessa confusão, já tem alguns anos que não é pago os impostos para o governo, o que eu acho é que o governo que vai terminar ficando com essas terras que é mais ou menos 1.800 hectares. (parente que não quis se identificar, 2019).

Há ainda herdeiros que afirmam ter o documento da terra.

Eu nasci e mim crie no Vergel, tenho um filho que mora lá, eu tenho casa em Codó mais trabalho no Vergel tenho minha roça e outras plantações. [...] Eu tenho o documento da terra estava atrasado oito anos eu mim reuni com alguns herdeiros e pagamos os oito anos de atraso, tenho o documento mais já esta atrasado novamente três anos, temos que fazer o mesmo processo, pois estamos esperando a resposta da juíza que esta responsável pelo caso, para poder fazer a divisão pois são 1.800 hectares, é uma terra fértil e tem muitas madeiras. (Não quis se identificar⁵, 2019).

Assim como tem herdeiros que afirmam ter os documentos da terra, também têm pessoas que contestam ter comprado algumas hectares de terras na mão de herdeiros da segunda geração e não receberam os documentos que é o caso do senhor Amaro Viera.

Eu comprei 189 hectares de terras nas mãos de três herdeiros da segunda geração Lucio, Raimundo e da Maria, o problema foi que eu fiz o pagamento para eles e ficou para o Manoel Mendes que era o representante da família ir em São Luís- MA para passar as escrituras da terras para mim, foi o tempo que o Manoel Mendes morreu e não recebi nenhuma declaração de compra e venda. Depois disso vim embora para Bom Jardim e resultou eu ficando no prejuízo pois as três pessoas que eu comprei as terras já faleceram. (Amaro Viera⁶, 2019).

⁴Parente distante e ex-moradora que não quis se identificar, do povoado Vergel que fica localizado a 50 quilômetros da cidade de Codó-MA. Atualmente reside na cidade de Codó-MA.

⁵Herdeiro e morador que não quis se identificar, do povoado Vergel que fica localizado a 50 quilômetros da cidade de Codó-MA.

⁶ Amaro Viera comprou as terras, mas não recebeu a escritura do povoado Vergel que fica localizado a 50 quilômetros da cidade de Codó-MA. Atualmente reside na cidade de Bom Jardim-MA.

De acordo com um vídeo gravado pela Global Witness (com divulgação nacional e internacional), mostra um pouco da realidade vivida por alguns moradores que habitam aquela localidade, onde relata os nomes das pessoas que morreram na luta por essas terras e mostra o pavor de pessoas que são ameaçadas constantemente. Visto que a justiça não foi feita em nenhum dos homicídios.

CAPITULO III

3. CONFLITOS DE TERRAS NO BRASIL, MARANHÃO E CODÓ.

3.1 OS CONFLITOS DE TERRA NO BRASIL

De acordo com os registros, percebe-se que o índice de redistribuição da posse de terra tem aumentado muito nos últimos anos, pois a Comissão Pastoral da Terra -CPT tem muitos registros onde mostra as necessidades de muitos pais de família em ter propriedade da terra para poder construir uma pequena residência e cultivar os seus alimentos para suprir suas necessidades, como é o sonho da maioria.

Percebe-se que o índice de privatização da terra tem aumentado com frequência em todo o país, e no município de Codó não é diferente. O problema é bastante grave para toda a sociedade inserida nesse contexto. Em alguns dos conflitos que acontecem no país é impossível negar a influência de governantes, pois em muitos conflitos existem a participação de alguns políticos, onde são os interessados nas terras e os autodeclarados proprietários.

Nas terras que existem casas, plantios de vários alimentos, as possibilidades delas serem ocupadas são mínimas, já as terras que não tem esses fatores incorrem em sério risco delas serem ocupadas, pois os sem terras poderão alegar que as mesmas estavam abandonadas.

A imprecisão do direito de propriedade de terra esta presente na região do Pontal do Paranapanema devido ao seu histórico de formação das grilagens de terras, no qual muitos títulos sobre a mesma terra colocam em duvida o direito de propriedade (NASCIMENTO, SAES, ZYLBERSZTAJN, 2010, p.17).

A exemplo do que acontece no Paraná muitos fazendeiros falsificam os documentos de propriedade da terra em folhas bem antigas fingindo serem os donos das terras, a isso se da o nome de grilagem. Já na comunidade Vergel, o fato é que os proprietários mais velhos já faleceram, a partir de então começou um grande atrito entre as gerações mais novas, ou seja, entre primos, onde algumas pessoas da comunidade, que nasceram e conviveram naquela comunidade ficaram sem apoio, sofrendo ameaças constantes.

Para Nascimento; Saes; Zylbersztajn (2010) as “invasões” de terras apresentam características e condicionantes variadas. Muitas das vezes isso ocorre porque os donos de terra não pagam os impostos cobrados pelo governo, a partir desse momento as terras ficam sem registros, às vezes essas terras são ocupadas.

A espelho do cenário nacional as pessoas que estão envolvidas nos conflitos de terras do povoado Vergel defendem a vida da natureza e dos seres humanos, principalmente dos mais fracos e indefesos. Percebe-se que existem muitas ameaças contra a vida dos pobres e da

natureza. Algumas pessoas procuram, em nome de progresso e do lucro, destruir a vida, desmatando matas e os cocais, ameaçando trabalhadores rurais, que só querem a preservação da natureza e viver uma vida de agricultura sustentável, sempre respeitando a vida e a natureza.

Apoiados pela CPT, criada através de alguns membros da igreja, com o intuito de ajudar a melhorar a vida das pessoas que vivem esses dramas, as famílias passaram a ter um apoio há mais, em questão de como procurar os seus direitos.

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras da terra e das águas. Por fidelidade “ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, é que a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de Terra, água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o setor de Documentação (CANUTO, LUZ E WICHINIESKI, 2012, p. 9).

As motivações da criação da CPT não são somente os conflitos de terras, mas também os conflitos de água e áreas do garimpo. Nas florestas os índios também são vítimas desses atentados, a cada ano que se passa o índice de conflitos só cresce constantemente, existem conflitos envolvendo diversas classes sociais do Brasil, e envolvem também a classe política.

Conflitos são ações resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela Terra, água, direitos e pelos meios de trabalhos ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas. (CANUTO, LUZ E WICHINIESKI. 2012, P. 10).

Em Vergel as origens dos conflitos estão diretamente relacionadas a titularidade da terra e a ganância pelas riquezas produzidas pela terra apresentam, como a madeira. Com a morte do proprietário da terra, os herdeiros entraram em conflito de interesses com relação à divisão da propriedade, venda e exploração da terra, gerando uma violenta disputa entre herdeiros, também caracterizamos como conflito.

De acordo com Canuto, Luz e Wichinieski (2012) os tipos de violência estão assim registrados: assassinatos, tentativas de assassinatos, ameaças de morte e violência contra as pessoas, em que além das ameaças constam as mortes em consequência dos conflitos, torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões e/ou detenções. Além das informações acima constam ainda sequestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações e intimidações.

De acordo com a CPT os indivíduos que sofrem ameaças, não conseguem viver tranquilas com medo de acontecer algo pior com seus familiares, a destruição de suas plantações de onde vem o sustento das suas famílias, são algumas ameaças que muitos sofrem diariamente,

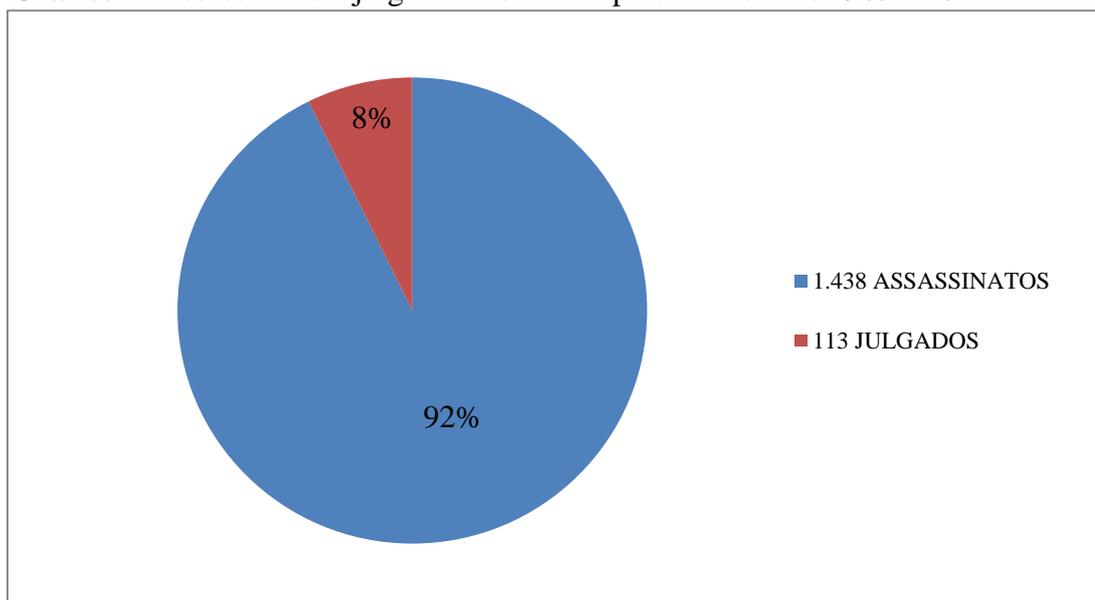
geralmente elas sofrem ameaças por parte de pistoleiros fortemente armados, fazendeiros, políticos ou de pessoas da alta sociedade, como é observado em Vergel.

A exemplo do que ocorre em outros territórios, atribui-se parte do conflito em Vergel a exploração e comercialização ilegal da madeira.

A ocupação da Amazônia depende da aparente legalidade da madeira, que representa, ao final, o meio facilitador da expansão pecuária e que tem como um de seus piores reflexos a violência no campo. Sem esta riqueza a contabilidade do modelo de ocupação muda drasticamente. Desta forma a extração da madeira se transformou, também, no primeiro sintoma do conflito fundiário. Daí, mortes mais recentes como as da irmã Dorothy e do casal José Cláudio e Maria do Espírito Santo estarem profundamente relacionadas com as denúncias que faziam de extração ilegal de madeira. (TAVARES, 2012, p. 20).

Os madeireiros são uns dos principais responsáveis pelo desmatamento da Amazônia, pois a madeira tem lucro elevado, muitos desses madeireiros não se importam com a natureza, visto que a população em geral sofre com essas consequências. Muitas vezes torna-se perigoso, pois acaba com um final trágico, como o caso da irmã Dorathy, e demais pessoas que já foram vítimas desses conflitos, como Alfredo, Raimundo, essas pessoas lutavam em prol das comunidades e acabaram pagando muito caro com as suas próprias vidas, lutaram até o último minuto por uma vida melhor no campo. Na maioria dos casos, poucos foram julgados onde deixa as famílias das vítimas revoltados. Percebe-se que quando se fala de conflitos de terras a justiça não faz muito caso, como ilustrado no gráfico abaixo.

Gráfico 2: Assassinatos e julgamentos no campo entre os anos 1985 a 2017



Fonte: Comissão Pastoral da Terra - CTP, 2019.

Vale lembrar que os fazendeiros são uns dos grandes responsáveis pelas disputas sangrentas pelas terras.

[...] Desde 2003, os dados de violência contra as pessoas implicadas na luta pela terra vêm apresentando números recordes em proporções sem comparação desde 1985, ano em que se inicia a série histórica de registro sistemático de conflitos de terra no país, conforme vem tornando público anualmente a Comissão Pastoral da Terra. A análise dos dados de 2011, objeto deste artigo, confirma essa tendência embora com algumas particularidades que nos permitem melhor compreender as contradições por que vem passando a sociedade brasileira. (GONÇALVES, SANTOS. 2012 P. 73).

3.2 OS CONFLITOS DE TERRA NO MARANHÃO

Com relação ao número de assassinatos nos estados, houve diminuição geral puxada pela queda no Pará, que ainda continua concentrando mais de 40% dos assassinatos no país, a maioria em função de conflitos socioambientais que custaram as vidas de sem-terra, assentados e agentes de pastoral. Outro fator observado foi a diminuição desses casos na região Nordeste, com exceção do estado do Maranhão, que registrou aumento de quase 100% no número de assassinatos, com crimes contra a vida de indígenas e quilombolas. (GONÇALVES, SANTOS 2012, p.77).

Os dois estados que lideram o ranking de conflitos no Brasil são os estados do Pará e Maranhão onde os assassinatos acontecem diretamente. Os líderes das comunidades, são os mais perseguidos em todos os sentidos, pois eles estão à frente nas áreas de conflito, tornando-se assim alvos dos fazendeiros e políticos que contratam pistoleiros para matar essas pessoas ou fazer ameaças, muitas vezes chegando a derrubar residência dessas humildes pessoas. Os que são mais perseguidos são os indígenas, quilombolas, sem terras, os trabalhadores rurais dentre outros que estão inseridos na classe das populações do campo.

De acordo com os autores Sodré, Maciel e Junior (2016) a mediação de conflitos deve levar em conta os povos e comunidades, que devem ter seus direitos formalmente reconhecidos. A proteção às pessoas que sofrem violência, intimidação e ameaças deve ser asseguradas. O combate a corrupção e ilegalidades dos órgãos oficiais relacionados à terra devem ser combatidas. As múltiplas formas de violência no campo devem ser investigadas, de modo que sejam julgados idealizadores e executores.

A exemplo de Vergel, que envolve também questões de parentesco familiar as pessoas das comunidades são as que sofrem ameaças diariamente, muitas vezes, elas não têm apoio das autoridades, visto que às vezes prestam queixas nas delegacias e “ficam por isso mesmo”, nada é resolvido a favor dessas pessoas, essa população que luta pela terra para sobreviver.

Os conflitos perduram há vários anos no estado do Maranhão. Com o surgimento da lei de terras de 1850 e em seguida a lei de terras número 2.979, em 17 de julho de 1969, a lei conhecida como Lei Sarney, visto que a mesma estabelecia direitos aos grandes empresários, políticos, ou seja, favorecia o povo da elite, onde compreendesse que a veracidade dos fatos é que a classe mais baixa era menos favorecida, em muitos casos pela alta de conhecimento da legislação.

Assim reafirmamos as palavras de Linhares (2002), quando ocultamos os agentes construtores da história agrária. O Brasil suplantará esses agentes não somente de forma coercitiva, mas também de uma forma constitucionalizada. Para tal afirmação abordaremos a Lei de Terras de 1850, criada durante o período imperial no Brasil, e a Lei de Terras de 1969 no Maranhão, conhecida como Lei Sarney. (SANTOS, BORBA, P.02 Ano).

Outro problema registrado dentro da problemática da concentração e cercamento de terras é o de algumas mulheres da zona rural do Maranhão, com o desafio da extração do coco babaçu. Durante muito tempo a renda familiar de muitas mulheres era baseada no coco babaçu, as mulheres lutaram incansavelmente contra os fazendeiros, pistoleiros, dentre outros riscos, visto que era das palmeiras que as mulheres tiravam o sustento de suas famílias.

Quando a situação se agravava e os proprietários iniciavam o corte das palmeiras era preciso homens, mulheres e crianças, famílias inteiras se organizarem na luta contra as derrubadas. Nesses conflitos, muitas famílias tiveram suas casas derrubadas ou queimadas a mando de proprietários. Nos confrontos abertos, maridos/companheiros de quebraadeiras foram mortos, assim como vaqueiros e encarregados de fazendas (ANDRADE, BARSOSA,1997, P,15).

Nos relatos apresentados pelos moradores da comunidade Vergel era comum ouvir referencia ao trabalho da quebra do coco pelas mulheres, dada à incidência da palmeira do babaçu nas terras, o que garantiu a sobrevivência de muitas famílias durante décadas.

Também faz-se necessário registrar que os conflitos pela terra não acontecem de forma isolada, mas é comum que ocorram concomitantemente, com diversas motivações e de forma sangrenta em vários lugares, portanto resgato o caso ocorrido com o Padre Josimo¹, com grande repercussão no país, que foi assassinado barbaramente com dois tiros pelas costas. O padre lutava incansavelmente pelos direitos do povo, a maioria dos fazendeiros tinha preconceito com o padre por ele ser negro, e por defender os pequenos agricultores que viviam da roça.

A região do Bico do Papagaio tem um nome conhecido por sua defesa intransigente dos trabalhadores e trabalhadoras rurais oprimidos, Josimo Tavares causou medo e ódio aos fazendeiros da região, que também demonstraram seu preconceito diante de um padre negro. Em abril de 1986, o padre Josimo sofreu um atentado. No dia 10 de maio, um mês depois, foi morto com dois tiros pelas costas, enquanto subia a escadaria do prédio onde funcionava o escritório da CPT. Sabendo do risco que corria, Josimo deixou um testamento na Assembleia Diocesana em Tocantinópolis (TO) duas

semanas antes de sua morte, onde dizia “nem o medo me detém... morro por uma causa justa”. MST (2006), (SILVA; CUNHA, 2012 P.07).

É recorrente que casos como este sejam contados e recontados pela comunidade e eu servem como fonte de inspiração para líderes comunitários e religiosos do Maranhão e de outros estados para se manterem motivados na luta pela terra.

3.3 OS CONFLITOS PELA TERRA EM CODÓ – MA

Em Codó os conflitos pela terra também não ocorreram e não ocorrem de forma isolada. No povoado Poraquê, por exemplo, ocorreu um conflito entre um grande empresário e os moradores da localidade. O conflito de terra começou quando maquinários, tratores, começaram a devastar a mata com a derrubada das palmeiras de coco babaçu, que é o meio de sustento de várias famílias da redondeza. Nesta comunidade o uso da palmeira do babau é diversificado, as palhas servem para construção de casas na comunidade, o talo serve para fazer cercas e portas, a amêndoa do coco serve para fazer o leite para a culinária e também o azeite, e, a casca do coco serve para fazer o carvão, anéis, colares entre outras utilidades.

Na comunidade moram pessoas simples que sobrevivem da agricultura como fontes de sobrevivência para sua família, cultivam a terra com dedicação e cuidado, pois é dela que tiram os alimentos para suprir as necessidades de suas famílias. Cada família possui um pedaço de terra para suas plantações. Todos moram na comunidade, mesmo assim, como em quase todas as Comunidades Rurais do Brasil, o povoado não tem serviços de saúde, educação, moradia, etc. de qualidade para atender as famílias que ali residiram.

A ação dos grileiros, com uso frequente de pistoleiros, jagunços e capataz para realizar pequenas ou grandes ações contra os lavradores, dentre as quais a queima de casas e roças e a matança de animais domésticos, Entre outros atos de violência, possibilita, além da limpeza da área, as condições mínimas indispensáveis para que a terra seja comercializada segundo (ALMEIDA,1982) apud (Silva,2013).

De acordo com os autores acima verifica-se que a comunidade do Poraquê passou por essas situações constrangedoras pois o suposto proprietário que era o ex-prefeito da cidade de Codó-MA, amedrontou os moradores, sobre ameaças de mortes, com pistoleiros fortemente armados, tentando intimidá-los, fazendo com que os moradores se retirassem do local onde a maioria havia nascido, foram vários dias homens com tratores devastando as plantações dos moradores.

Através do relato de um morador da comunidade, Miguel Rodrigues Mesquita, demonstra que passou todas as aflições no conflito, no povoado onde viviam 55 famílias, sendo que 10 famílias, entre eles, que não nasceram na comunidade, estavam a favor do suposto dono. As 45 famílias que não eram a favor, segundo as palavras do morador sofreram humilhações extremas, sem poder sair do espaço limitado, pois do outro lado estavam os homens armados pronto para atirar e matar quem desrespeitasse o limite. A situação era tão cruel que os moradores faziam suas necessidades fisiológicas dentro de suas casas por que os banheiros na comunidade ficam fora das casas, ou seja, no quintal e os moradores temiam ir ao banheiro com medo de morrer.

Para enfrentar a situação os moradores tiveram o apoio da CPT e de alguns órgãos públicos como o MPT.

Ao receberem a denúncia, diversos representantes das entidades participantes da “Caravana da Liberdade” foram em comitiva para o local. Virginia Saldanha, procuradora do MPT, fazia parte dessa comitiva: “no momento que estávamos lá, presenciamos várias pessoas que a comunidade reconheceu serem esses supostos pistoleiros“, disse. Enquanto ela e outros integrantes da comitiva conversavam com os moradores, a Polícia Rodoviária Federal, que também os acompanhou, fez uma busca na área que resultou na prisão de dois policiais militares. Eles portavam armas de grosso calibre e, de acordo com Diogo Cabral, estavam no comando dos pistoleiros. (Repórter Brasil 23/12/2012 – 21h35min).

O que deu para perceber nesta comunidade em comparação ao ocorrido em Vergel é que, mesmo com o pavor que os mesmos viveram, vindo da parte dos grandes empresários e figuras políticas da região, o que se percebe é que os moradores tem a vontade de permanecer nas suas terras, mesmo sobre riscos de vida e sem os serviços básicos que deveriam ser prestados a comunidade pelo Estado, como previsto na Constituição Brasileira, pois querem apenas o direito de viver e poder cultivar suas terras, o que é negado não só pelos grandes fazendeiros, mas também pelo poder público. A outra situação que chama a atenção, se comparado com Vergel, é a ação da Caravana da Liberdade pois inibi a atuação de pistolagem amenizando o conflito, mas não há registro da passagem da mesma na comunidade sobre o argumento do conflito familiar, mas que levanta as suspeitas de ser intervenção política.

3.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TORNO DA QUESTÃO DO DIREITO A TERRA.

Sabemos que cabe ao governo desenvolver políticas públicas como saúde, educação, estradas, água encanada, dentre outros benefícios, como programas sociais, para as populações do campo, que são trabalhadores rurais, índios, quilombolas, dentre outros. No entanto o governo se utiliza do argumento de que o fato da maioria dessas populações não ter propriedade

da terra onde mora inviabiliza a sua execução das políticas públicas. Portanto, para essas populações a principal intervenção do governo deveria ser a garantia do direito à terra e a água.

O governo se nega a atender nossas reivindicações. Há dinheiro para construir hidrelétricas, ferrovias, hidrovias, siderúrgicas etc., mas dizem que não há recursos para a reforma agrária e a agricultura familiar. É tempo de prepararmos a terra para uma nova safra e não podemos voltar para nossos lotes de mãos vazias. Por isso continuaremos acampados (CANUTO, LUZ E WICHINIESKI. 2012, P.136).

Os trabalhadores rurais, sem terras, fazem protesto em busca de políticas públicas, pois eles não recebiam benefícios do governo. Já os grandes proprietários eram beneficiados com grandes projetos agrícolas. Os empobrecidos fazem manifestações e acampamentos em busca de projetos, para melhorar a vida dos mesmos, mas quase sempre as suas reivindicações são negadas pelo governo.

Para Canuto; Luz e Wichinieski (2012) os atos referências a violência no campo são encaminhados à Ouvidoria Agrária Nacional para que se garanta uma investigação séria e rigorosa, para que os responsáveis sejam punidos, no entanto na Ouvidoria Agrária Nacional, que tem como dever investigar os casos de assassinatos no campo, para que haja uma averiguação dos verdadeiros culpados e que sejam punidos pelos atos, não tem demonstrado grandes avanços. A impunidade continua a incentivar os atos de violência. Isso faz com que essas populações permaneçam mobilizadas e articuladas em parcerias no enfrentamento a esta situação.

Esse enfrentamento incessante no campo convoca a CPT a renovar o seu compromisso de contribuir com a formação, a articulação, a mobilização e a renovação das organizações populares do campo, para que também os camponeses e as camponesas sejam protagonistas das transformações necessárias da sociedade brasileira e mundial. (CANUTO, LUZ E WICHINIESKI. 2012,P.155).

Na contramão dos governos a CPT vem reafirmando o compromisso com os trabalhadores rurais, pois é através dela que a maioria dos casos de conflitos agrários são registrados, percebe-se que é onde essa população tem apoio, pois recebem suporte e orientação que os mesmos precisam, em detrimento da ausência da ação do Estado, como observado em Vergel.

Diante disso é possível registrar que órgãos governamentais, com a influência de alguns políticos, não demonstram ter interesse em levar políticas públicas para essas famílias, onde se torna difícil para esses trabalhadores ter conhecimento dos direitos que favorecem os mesmos.

FUNAI, que tem como missão promover e defender os direitos indígenas e lhes garantir as condições de sobrevivência tanto física, quanto cultural e espiritual, acaba

tendo uma função mais que marginal, quando também não se torna subserviente aos interesses hegemônicos do capital. (CANUTO, LUZ, E WICHINIESKI, 2012 ,P.157).

A FUNAI, por exemplo, Fundação Nacional dos Índios, deveria defender os direitos dos índios, visto que eles sofrem constantes ameaças, portanto são merecedores dos mesmos direitos como terra, água, educação, saúde dentre outros benefícios, pois todos têm direitos iguais, no entanto o que se observa é um constante descaso dessas populações e de seus remanescentes.

Para Canuto, Luz e Wichinieski (2012, p.160) a agricultura familiar e camponesa é quem ajuda a manter o equilíbrio da vida e deveria merecer todo o apoio e não ser jogada ao lixo da história, portanto acreditam que esta na hora dos governos e das políticas públicas se adequarem ao momento presente e repensar o modelo de desenvolvimento que inclua essas populações.

Contudo, a agricultura familiar tem buscado ser valorizada, pois a maioria dos alimentos que chegam as mesas da população é através do pequeno trabalhador rural, mesmo essa não sendo uma questão para a maioria dos governos.

As associações de organização de trabalhadores rurais ganharam impulso no Maranhão a partir da II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, ocorrida em São Paulo, em setembro de 1954. Dessa conferência, saiu a deliberação de lançar uma grande campanha de assinaturas reclamando do Congresso Nacional a realização de uma reforma agrária democrática. O trabalho da coleta de assinaturas ficou a cargo das comissões pró reforma agrária, que acabaram por formar várias associações rurais no estado (ALMEIDA, 2008, p. 35).

As associações dos trabalhadores rurais se fortaleceram através da II Conferencia Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, onde vários trabalhadores lutaram, através de abaixo assinado, para que obtivessem êxito em suas lutas e permanecerem nos seus locais de trabalho, especialmente na garantia da terra e da água. Através do engajamento e da organização política as populações do campo vem chamado a atenção da sociedade para seus problemas. Com a ajuda da CPT e de outras organizações não governamentais tenta manter Vergel e outras comunidades vivas.

Assim, o PCB e a Igreja - embora com interesses distintos - possuíam um objetivo comum: ser o referencial das lutas do campo. Nessa disputa, buscando espaço junto a esse segmento que começa a se destacar no cenário político-nacional, o PCB lança o primeiro jornal camponês de circulação nacional, o Terra Livre, que seria o “voz” dos camponeses do país [...]. (ALMEIDA, 2008, p. 47).

O PCB - Partido Comunista Brasileiro e a igreja têm os mesmos objetivos em relação aos trabalhadores rurais, onde é através do PCB que é lançado um jornal que seria a voz dos

que lutam por uma vida mais justa no campo, sendo um instrumento de visibilidade para os conflitos no campo.

Foi através das grandes mobilizações dos trabalhadores que conseguiram a aprovação do ETR - Estatuto do Trabalhador Rural, que há vários anos eles lutavam e através de muitos esforços conseguiram através das grandes mobilizações.

Uma das primeiras medidas do Estado, na década de 1960, para assegurar o controle sobre a mobilização camponesa foi a criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). (Houtzager, 2004, p. 47 apud ALMEIDA, 2008, P.51).

Para Almeida (2008 p.66) a conivência do Estado se faz clara nas políticas públicas que não avançam, apesar de os camponeses não ficarem calados diante dessa realidade. Os projetos, as leis, as medidas tomadas pelo governo têm o intento de apenas atenuar os conflitos nas áreas de maior tensão social. As medidas tomadas pelo Estado, via de regra, tem o intento apenas de desmobilizar as lutas organizadas, usando de medidas paliativas que dão a ideia de que algo está sendo feito, como o ETR.

O Estado do Maranhão continua a ter grande índice de desigualdade social, como o índice de pobreza e conflitos por terras, prejudicando diretamente os que vivem no campo, pois são os que mais necessitam da ação do poder público.

As desigualdades sociais nessas terras são extremas, a pobreza e a miséria assolam grande parte da população, com frequência o Maranhão encabeça a lista dos estados com os piores indicadores sociais do país. Enquanto a maioria dos maranhenses que vivem no campo – mais não somente esses, – carece de políticas públicas de saúde, educação, transporte, segurança e outros serviços que lhes garantam condições dignas de vida, por outro lado uma minoria da população vive quase de forma antagônica. (SODRÊ, MACIEL, JUNIOR, 2016, p. 05).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou como é visto e interpretado o conflito pela posse da terra no povoado Vergel, município de CODÓ-MA. Através de entrevistas com familiares que já moraram e aqueles que ainda moram na localidade percebe-se a violência do conflito. Durante a pesquisa ficou nítido que a maioria das pessoas entrevistadas tiveram receio de abordar o assunto, pois esse conflito já perdura há vários anos e tem afastado a maioria das famílias que moravam no lugar. As dificuldades de entrevistar o senhor Jaizinho, por exemplo, se deu não somente ao temor de falar sobre o assunto, mas também pelo fato do entrevistado estar sobre ameaça de morte.

Contribuíram para a construção e análise desse estudo: artigos científicos, livros e documentos, que o Pároco da Igreja de São Raimundo forneceu, além dos dados pesquisados nos documentos da CPT - Comissão Pastoral da Terra, que na prática tem sido a instituição que, segundo os informantes, tem a preocupação de defender os trabalhadores.

Nas entrevistas feitas com os familiares e ex-moradores, pode-se confirmar a titularidade da terra de seu Aristides e dona Tomazia, sendo repassada para a segunda e terceira geração sem preocupação com demarcação e titulação da parte da terra que pertence a cada um dos herdeiros, o que vem mantendo a motivação das ameaças e violência.

De acordo com as entrevistas foi possível também compreender o papel preponderante que a justiça tem nesse processo, pois as pessoas que resolveram se manifestar sobre o caso, relatam que os assassinatos das três pessoas que moravam no lugar não foram esclarecidos, portanto, permanecem as incertezas sobre as vidas perdidas. O fato da justiça não prestar os esclarecimentos sobre os homicídios faz com que o ocorrido permaneça nos discursos dos herdeiros como argumento para não resolução do conflito da terra. Isso se confirma nos dados apresentados no gráfico do número de assassinatos no campo e o número de casos não julgados, cujos estados do Maranhão e Pará são líderes dos casos dessa natureza. Também foi possível fazer uma abordagem sobre a questão das políticas públicas,

onde as pessoas que vivem no campo, não são beneficiadas com os poucos recursos que o governo oferece, pois mostra que os grandes latifundiários têm mais benefícios do que os trabalhadores que lutam por um pedaço de terra para poderem fazer suas casas e cultivar os alimentos para saciar a fome dos seus filhos e viverem de forma digna.

As soluções para conflitos de terra, como as vivenciadas por pequenos agricultores como os de Vergel, poderiam contribuir com a valorização do que é produzido por eles, como o arroz, feijão a farinha dentre outros alimentos, pois são eles que colocam alimento na mesa

de todos os brasileiros, no entanto, são perseguidos por grandes latifundiários e políticos, além de serem penalizados com a ausência do Estado e suas políticas públicas e serviços da justiça.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Desni Lopes. **O campo e a política:** a participação do campesinato na política maranhense/ Desni Lopes Almeida. – São Luís, 2008. 78 f.

Brasil: uma análise da experiência paranaense. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.48 no.3 Brasília Jul./Sept. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320032010000300010 Acessado em: dia 08/ julho /2018.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Vivendo na Desigualdade:** Tensões, Conflitos e Mobilização Social no meio rural maranhense.

Benedito Francisco da Silveira Figueiredo. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bin%C3%A9_Figueiredo Acessado em: dia 05/ abril /2019.

Comissão Pastoral da Terra. **A batida do tambor contra a tropa do trator- da resistência do povo de Queimadas, quilombo de Codó-Ma, contra o Grupo Costa Pinto.** Maio, 2014. Disponível em: http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/artigos/2074-a_batida-do-tambor-contra-a-tropa-do-trator-da-resistencia-do-povo-de-queimadas-quilombo-de-codo-ma-contra-o-grupo-costa-pinto. Acessado em: dia 16/ julho/2018.

Conflitos no campo Brasil 2011(Organização: Antonio Canuto: Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski-Goiania: CPT Nacional Brasil 2012. 182p: fotos, tapelas. Vários autores. Indexado em GeoDados-<http://www.geodados.uem.br>. 20/08/2018

Dia da Consciência Negra. Disponível em: <https://www.significados.com.br/dia-da-consciencia-negra/> Acessado em: dia 05/ abril /2019.] Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2012/12/moradores-de-quilombo-ameaçados-por-pistoleiros-conseguem-vitoria-na-justica/> Moradores de quilombo ameaçados por pistoleiros conseguem vitória na Justiça (acesso em: 25 de Novembro de 2014).

GONÇALVES, Carlos Walter porto, SANTOS, Luis Henrique Ribeiro Santos. **A violência que se esconde atrás de êxito do modelo agro-exportador.** In: Conflitos no campo Brasil 2011(organização: Antonio canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski-Goiania: CPT Nacional Brasil, 2012. 182p: fotos, tabelas.).

NASCIMENTO, Viviam Ester de Souza; SAES, Maria Sylvia Macchione; ZYLBERSZTAJN, Decio. **Direitos de Propriedade, Investimentos e Conflitos de Terra no Brasil:** uma análise da experiência paranaense. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v48n3/10.pdf>. Acessado em: dia 05/ Janeiro /2019.

Padre Josimo Tavares. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/padre-josimo-tavares-martir-na-disputa-pela-posse-de-terra-no-pais-nos-anos-80-19264745> Acessado em: dia 05/ abril /2019.

SANTOS, Tamires Rosy Mota, BORBA, Poliana. **Leis de terras 1850 Brasil e 1969 (Maranhão) e suas consequências para povos e grupos sociais tradicionais: contextualizações, diferentes e semelhanças, uma perspectiva histórica.**

SANTOS, Frednan Bezerra, TAVARES, Joao Claudino. **Questão Agrária e Violência no Maranhão: grilagem, colonização dirigida e a luta dos trabalhadores.**

SODRÉ, Ronaldo Barros; MACIEL, Samuel de Jesus Oliveira; JÚNIOR, José Sampaio de Matos XVIII **Encontro Nacional de Geógrafos, O EMARANHADO DOS CONFLITOS DE TERRA NO CAMPO MARANHENSE**, de 24 a 30 de junho de 2016.

SILVA, Aichely Rodrigues; CUNHA, Valdecir Vieira. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, A LUTA PELA TERRA NO MARANHÃO: CASO DO BICO DO PAPAGAIO** de 15 a 19 de outubro de 2012.

SILVA, José Carlos Aragão. **Ser livre é Ser Escravo**, São Luis: Café E Lapis; EDUFMA; FAPEMA, 2013.

GLOBAL WITNESS. www.globalwitness.org.

Entre as várias músicas cantadas neste período de retomada das lutas, destaca-se o HINO pela REFORMA AGRÁRIA escrito nos anos 60 por BENEDITO MONTEIRO, advogado e político paraense.

REFERÊNCIA ORAIS.

ARAÚJO, Maria Rodrigues Nascimento. **Estudo sobre os conflitos de Terra no município de Codó –MA:** o caso da comunidade Vergel. 06/12/2018. Entrevista Oral concedida a Domingas Santos Torres.

NÃO QUIS SE IDENTIFICAR,. **Estudo sobre os conflitos de Terra no município de Codó –MA:** o caso da comunidade Vergel. 16/07/2018. Entrevista Oral concedida a Domingas Santos Torres.

JAIRZINHO. **Estudo sobre os conflitos de Terra no município de Codó –MA:** o caso da comunidade Vergel. 28/11/2018. Entrevista Oral concedida a Domingas Santos Torres.

PARENTE QUE NÃO QUIS SE IDENTIFICAR . **Estudo sobre os conflitos de Terra no município de Codó –MA:** o caso da comunidade Vergel. 09/04/2019. Entrevista Oral concedida a Domingas Santos Torres.

PARENTE QUE NÃO QUIS SE IDENTIFICAR. **Estudo sobre os conflitos de Terra no município de Codó –MA:** o caso da comunidade Vergel. 02/03/2019. Entrevista Oral concedida a Domingas Santos Torres.

WASEISTAINER, José. **Estudo sobre os conflitos de Terra no município de Codó –MA:** o caso da comunidade Vergel. 09/06/2018. Entrevista Oral concedida a Domingas Santos Torres.

VIEIRA, Amario. **Estudo sobre os conflitos de Terra no município de Codó –MA:** o caso da comunidade Vergel. 18/02/2019. Entrevista Oral concedida a Domingas Santos Torres.

APENDICES

APÊNDICE A: FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA

CURSO: LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/HISTÓRIA

ORIENTADORA: Prof. Dra. Jascira da Silva Lima

DISCENTE: Domingas Santos Torres

TÍTULO DO PROJETO: Conflitos de Terra no Município de Codó-MA: O Caso da comunidade Vergel.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

NATURALIDADE:

ANO DE NASCIMENTO:

ESCOLARIDADE:

OUTROS: _____

Eu, _____ autorizo o uso das informações concedidas ao trabalho de pesquisa Conflitos de Terra no Município de Codó-MA: O Caso da comunidade Vergel, da Domingas Santos Torres, sobre orientação da Profa. Jascira da Silva Lima, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Codó.

Codó-MA, 10 de Dezembro de 2019.

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS VII/CODÓ
CURSO: LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS / HISTÓRIA

Título: Conflitos de Terra no Município de Codó-MA: O Caso da comunidade Vergel.

Autora: Domingas Santos Torres

Orientadora: Prof. Dra. Jascira da Silva Lima

Entrevista

1. Como começou sua história de vida na comunidade Vergel?

2. Como e quando surgiu a comunidade Vergel?

3. Quantas e quais foram as primeiras famílias que vieram mora no Vergel?

4. Quais as condições de vida das famílias de Vergel (como fazem para garante sua sobre vivencia)?

5. As primeiras famílias que moram em Vergel tinham o título de propriedade da terra?

6. Quem você acha que é o verdadeiro proprietário das terras de Vergel ?

7. No período de ocupação da terra de Vergel houve conflito pela terra? Morte? Como ocorreu?

8. Quem a logo da história da comunidade Vergel prestou algum tipo de auxílio para as famílias pela disputa pela terra ? Governo? Igreja?

9. Como você que mora na comunidade Vergel esta fazendo para conseguir o título da propriedade da terra hoje?

10. Quantas famílias ainda mora na comunidade ?

ANEXO



ESTADO DO MARANHÃO
 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP
 DELEGACIA GERAL DE POLICIA CIVIL - DGPC
 SUPERINTENDÊNCIA DE POLICIA TÉCNICO CIENTÍFICA - SPTC
 INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL DE TIMON - IML



EXUMAÇÃO

LIVRO-01 PÁGINA-06/2016

Nome: **ANTÔNIO ISIDIO PEREIRA DA SILVA**

Data do exame pericial: 30/01/2016

Horário: Onze horas

Solicitado por: Quarta Delegacia Regional de Polícia Civil de Codó-MA

Remeter para: Quarta Delegacia Regional de Polícia Civil de Codó-MA

Perito: Dr. **João Lisboa de Flores Filho**

DESCRIÇÃO: Após a localização da sepultura com presença e auxílio do Delegado Rômulo Sousa Vasconcelos, do filho, sobrinho e amigo do falecido acima citados, do auxiliar de necrópsia Richard, do removedor de cadáveres Paulo e do motorista Fábio, foi realizada a escavação da cova sendo encontrado um plástico grande, uma rede de cor azul e o cadáver misturados com areia e barro, dentro da sepultura; com auxílio de corda foi retirado o cadáver e colocado em área adjacente, sendo verificado: corpo trajando calção azulado, crânio esqueletizado, separado do corpo; tronco com pele da região anterior íntegra; membros esquerdos íntegros com presença de todos os ossos sem lesões e unidos ao tronco; membro superior direito separado do corpo e com ossos íntegros, espalhados na sepultura, e membro inferior direito unido ao corpo faltando ossos do pé; com dorso apresentando pele íntegra nas regiões mediana superior e em toda a extensão da região lombar e sacra e com costelas expostas em regiões laterais, evidenciando presença de material pastoso, de cor enegrecida, na cavidade torácica; verificou-se que a calota craniana apresentava todos os ossos sem indícios de lesões; fato também verificado em todos os ossos corporais. Abriu-se a cavidade abdominal achando-se alças intestinais íntegras, distendidas e presença de material gelatinoso, de cor amarronzada, não observando-se a presença de outras vísceras íntegras.

DISCUSSÃO: Não verificou-se a presença de nenhum sinal ou vestígio de lesão corporal violenta. Coletamos pêlos de pele da parede anterior do tórax e material da cavidade torácica que serão encaminhados ao Instituto de Criminalística de Timon-MA, para pesquisa de possíveis venenos.

CONCLUSÃO: Morte de causa ignorada.

Nada mais sendo observado, passamos a transcrever e responder aos quesitos formulados:

- 1- Houve morte? **Sim;**
- 2- Qual a causa da morte? **Ignorada;**
- 3- Qual o instrumento ou meio que a produziu? **Prejudicado;**
- 4- Foi produzido por meio de veneno, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel? **Prejudicado;**

1- Qual a causa da morte de ANTÔNIO ISIDIO PEREIRA DA SILVA? **Ignorada;**



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SSP
DELEGACIA GERAL DE POLICIA CIVIL – DGPC
SUPERINTENDÊNCIA DE POLICIA TÉCNICO CIENTÍFICA – SPTC
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL DE TIMON – IML

EXUMAÇÃO

LIVRO-01 PÁGINA-06/2016

Nome: **ANTÔNIO ISIDIO PEREIRA DA SILVA**

Data do exame pericial: 30/01/2016

Horário: Onze horas

Solicitado por: Quarta Delegacia Regional de Polícia Civil de Codó-MA

Remeter para: Quarta Delegacia Regional de Polícia Civil de Codó-MA

Perito: Dr. **João Lisboa** de Flores Filho

- 2- Há marcas indicativas de violência no corpo, especialmente na região do crânio e na face de **ANTÔNIO ISIDIO PEREIRA DA SILVA**, que possam ter sido a causa da morte? **Não;**
- 3- Há vestígios de a morte ter sido causada por envenenamento? **Aguardar resultado de exames toxicológicos;**
- 4- Em caso positivo da resposta ao quesito anterior, por qual substância? **Aguardar resultado de exames toxicológicos;**
- 5- Outras quesitos que julgar necessário. **Não;**

Nada mais havendo, deu-se por findo o presente laudo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

Dr. **João Lisboa** de Flores Filho
Perito Médico Legal
Matrícula 1102813